


EM MEIO TSHIJI (CHÃO) E WENU (RIO): HISTÓRICO DE LUTA E MIGRAÇÃO DO LÍDER INDÍGENA ZÉ URIAS MANCHINERI


IN THE MIDDLE OF TSHIJI (GROUND) AND WENU (RIVER):
HISTORIC OF STRUGGLE AND MIGRATION OF THE INDIGENOUS LEADER
ZÉ URIAS MANCHINERI

EN MEDIO DE TSHIJI (TIERRA) Y WENU (RÍO): HISTORIA DE LUCHA Y
MIGRACIÓN DEL LÍDER INDÍGENA ZÉ URIAS MANCHINERI


Alessandra Severino da Silva Manchinery¹

 0000-0003-0808-7748
amanchinery@gmail.com


Suzanna Dourado da Silva²

 0000-0002-3084-9529
suzannadourado@gmail.com

Maria de Jesus Morais³

 0000-0002-8053-3549
maria.morais@ufac.br

Adnilson de Almeida Silva⁴

 0000-0003-2555-0861
adnilson@unir.br

1 Indígena do Povo Manchinery. Bacharela em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e licenciada em Geografia pelo Centro Universitário FAVENI, Mestra e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas – GENTEH/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0808-7748>. E-mail: amanchinery@gmail.com.

2 Pós-doutoranda em Geografia no Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas (GENTEH), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Rondônia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3084-9529>. E-mail: suzannadourado@gmail.com.

3 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Bacharela em 1994, Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC, Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8053-3549>. E-mail: maria.morais@ufac.br.

4 Licenciado e Mestre em Geografia/UNIR. Doutor em Geografia/Universidade Federal do Paraná. Professor no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNIR. Líder do GENTEH/UNIR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2555-0861>. E-mail: adnilson@unir.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.

RESUMO: O artigo em questão narra a trajetória de vida e luta do líder-cacique Zé Urias Manchineri, nascido no período da II Guerra Mundial, no Seringal Petrópolis – Colocação Novo Destino no estado do Acre. Aos nove anos começou a trabalhar com a extração de látex para ajudar sua mãe. Foi também ensinado a ser pajé ainda novo, incentivado pelos seus mestres a conhecer a cosmologia do Povo Manchineri, suas medicinas, cantorias e todo processo de pajelança que puderam lhe ensinar. Os Manchineri são residentes na Terra Indígena Mamoadate – AC/BR, Peru e Bolívia. Como metodologia utilizou-se a história oral, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo em acervos de algumas organizações indígenas. Para fundamentar este artigo, dividiu-se em quatro momentos. O primeiro traz uma discussão mais teórica sobre os vários modos de migrar. O segundo momento relata a história de vida de Zé Urias dentro da colocação e seu aprendizado para ser pajé. O terceiro é sobre a criação e contribuição das organizações na Amazônia Brasileira. E por último discorre sobre a Coordenação das Organizações da Amazônia Brasileira – COIAB.

Palavras-chave: História. Migração. Zé Urias Manchineri.

ABSTRACT: The article in question narrates the life and struggle story of the chief-leader Zé Urias Manchineri, born in the period of World War II, in the Seringal Petrópolis – Colocação Novo Destino in the state of Acre. At the age of nine he started to work with latex extraction to help his mother. He was also taught to be a shaman at a young age, encouraged by his masters to know the cosmology of the Manchineri People, their medicines, singing and all the process of pajelança that they could teach him. The Manchineri are residents of the Mamoadate Indigenous Land – AC/BR, Peru and Bolivia. The methodology used was oral history, bibliographic research and field research in the collections of some indigenous organizations. To substantiate this article, it was divided into four moments. The first brings a more theoretical discussion about the various ways of migrating. The second moment relates the life story of Zé Urias within the placement and his learning to be a shaman. The third is about the creation and contribution of organizations in the Brazilian Amazon. And finally, he talks about the Coordination of Organizations of the Brazilian Amazon – COIAB.

Keywords: History. Migration. Zé Urias Manchineri.

RESUMEN: El artículo en cuestión narra la historia de vida y lucha del jefe Zé Urias Manchineri, nacido en el período de la II Guerra Mundial, en el Seringal Petrópolis – Colocación del Novo Destino en el estado de Acre. A la edad de nueve años comenzó a trabajar con la extracción de látex para ayudar a su madre. También se le enseñó a ser chamán a una edad temprana, alentado por sus maestros a conocer la cosmología del Pueblo Manchineri, sus medicinas, el canto y todo el proceso de pajelança que podían enseñarle. Los Manchineri son residentes de la Tierra Indígena Mamoadate – AC/BR, Perú y Bolivia. La metodología utilizada fue la historia oral, la investigación bibliográfica y la investigación de campo en las colecciones de algunas organizaciones indígenas. Para fundamentar este artículo, se dividió en cuatro momentos. El primero trae una discusión más teórica sobre las diversas formas de migrar. El segundo momento relata la historia de vida de Zé Urias dentro de la colocación y su aprendizaje a ser chamán. El tercero es sobre la creación y contribución de organizaciones en la Amazonía brasileña. Y finalmente, habla de la Coordinación de Organizaciones de la Amazonia Brasileña – COIAB.

Palabras clave: Historia. Migración. Zé Urias Manchineri.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil a luta indígena é marcada por vários desdobramentos de resistência, mas também manchada pelo genocídio e etnocídio dos povos originários em todas regiões brasileiras. No estado do Acre não foi e não é diferente, devido ao processo de colonização do Brasil sendo devastador para as populações tradicionais, em especial para os indígenas. No Acre, os povos indígenas conviveram cerca de 100 anos de escravidão, ocultamento e esquecimento – entre os anos 1880 e 1980. Nesta porção nacional, povos indígenas foram não somente forçados a viver todos os tipos de violência, mas muitos destes sofreram verdadeiros etnocídios.

Durante o período de explosão do ciclo da borracha na Amazônia, no final do século XIX, essas populações foram expulsas com violência de suas terras e obrigadas a trabalhar na extração do látex, ou como mateiros e mesmo como peões dos patrões seringalistas.

No processo de exploração da borracha, os indígenas eram considerados barreiras para a exploração dos patrões branco, e com isso se iniciava um modelo de genocídio, matar para não interferir. No entanto, muitos povos reagiram em defesa de suas vidas, contra a ocupação de suas terras tradicionais, e com isso sofreram várias consequências, como mortes, perdas de suas culturas e da língua materna. Havia vários métodos de represália, já que os donos dos seringais os consideram obstáculos em seus caminhos para que conseguissem expandir e conquistar mais capital.

Assim muitos donos dos barracões contratavam pessoas para “caçar os índios”, ou pagavam outros indígenas para ‘farejar’ novas aldeias, e ao encontrá-los, promoviam verdadeiras chacinas, ao tempo em que expandiam-se as colocações e as áreas de domínio dos territórios seringalistas.

Nos anos 1970 começou a luta para a demarcação de suas terras tradicionais, ano este que em seus primórdios não havia terras demarcadas, pois, muitos indígenas trabalhavam para os patrões seringalistas de maneira braçal e sem um salário digno, sendo submetido a várias negligências trabalhistas. Eram forçados a trabalhar como mateiros, seringueiros. No entanto, os indígenas sonhavam com um movimento de libertação e conquista de seus direitos, assim iniciaram-se as primeiras reuniões e ajuntamentos com os indigenistas da época, os quais atuavam como defensores e também buscavam defender a floresta.

Diante de tais questões o artigo objetivou relatar aqui a história de luta e resistência do líder indígena “Zé Urias Manchineri”, bem como seu processo migratório em meios a vertentes de acontecimentos na vida diante de vários obstáculos para sobreviver e se juntar aos outros líderes para construir o movimento indígena no estado do Acre (BR).

OS VÁRIOS MODOS DE MIGRAR

As migrações dos povos indígenas na Pan-Amazônia constituem-se em histórias de lutas, resistências e re-existências, embora pouco estudadas, elas remontam desde a ocupação do solo brasileiro e logo não são fatos recentes e nem isolados. As motivações para a migração se fundamentam como elemento cotidiano devido à sazonalidade, a busca por alimentos como a caça e a pesca, assim como a reconfiguração de suas terras ocorre, devido em parte, aos conflitos estabelecidos com outros povos e grupos.

Migrar tem sido um ato comum, mas também de resistência, de muitas famílias de Manchineri residentes na tríplice fronteira Brasil, Peru e Bolívia. Assim os Manchineri estão localizados na Terra

Indígena Mamoodate, Cabeceira do Rio Acre (BR), e em comunidades nativas do Peru e Bolívia. A extensa ocupação de suas terras remete ao longo processo de lutas contra as invasões de madeireiros e os antigos seringalistas.

Entende-se que a migração é um “fato social completo” e uma condição social: a condição de ser e/imigrante é a interligação entre os universos sociais de origem e de destino. Assim, há o ‘emigrante’, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o ‘imigrante’, aquele que chegou à uma terra de estranhos: o paradoxal é que ambos são a mesma e única pessoa. O migrante carrega então, uma dupla condição: o de ser ao mesmo tempo e/imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambigualmente vivida para o grupo do qual integra, o que caracteriza sua condição de emigrante é sua ausência corporal, o que implica a não participação na vida imediata do seu grupo (Sayad, 1998, p. 243).

As condições que dão início à migração são diferentes das que a perpetuam no tempo. As redes sociais conferem estabilidade aos fluxos. Ela torna-se autossuficiente no decorrer do tempo, é por meio delas que os futuros migrantes tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes e recebem auxílio no deslocamento e alojamento. São essas relações sociais primárias com os emigrantes anteriores que alimentam as redes. Estes são fatores fundamentais para determinar quem vai migrar, como vai escolher o destino e obter trabalho, onde vai se estabelecer, dentre outros fatores que envolvem o processo migratório (Truzzi, 2008).

Ressalta-se que os laços de parentesco e amizade são as mais importantes bases das redes, pois é nelas que se firmam as migrações. Os imigrantes não se dispersam aleatoriamente pelo mundo, mas seguem os passos daqueles que os precederam, levam a concentração destes em determinados destinos, atraídos por facilidades como os laços sociais. Os pontos de saída tampouco são distribuídos igualmente no território.

No caso da migração indígena ela é de dois “padrões”: as locais, quando o indivíduo se desloca a espaços geograficamente contíguos, que pode lhe ser familiar ou não e, as circulares, quando o indivíduo se desloca para lugares por um determinado intervalo de tempo e depois retorna à sua origem (Truzzi, 2008). E alguns nem retornam à sua terra de origem como é o caso de alguns membros da família do Senhor José Severino, também conhecido como “Zé Urias”.

As redes migratórias são teias de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apoia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino (Soares, 2002, p.21).

As migrações causam dinâmicas sociais nas fronteiras, e mostram que as mesmas são espaços de múltiplas trocas, seja econômica, cultural, social ou política. É um espaço de estranhamentos e de afirmação de identidades, seja elas, nacionais e étnicas; elas são um lugar do conflito e da alteridade entre “nós” e os “outros”, elas são as fronteiras.

Assim, o modo de migrar de Seu Zé Urias logo remete à uma forte resistência para cumprir com seu papel de líder perante os entraves do momento em que estava. Sua construção é baseada em sua trajetória e experiência em vários momentos de paradigmas governamentais em solo brasileiro.

HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DO SENHOR ZÉ URIAS

Relata-se aqui uma história de luta, mas também de resistência do líder indígena José Severino da Silva, conhecido em solo acreano como Zé Urias Manchineri. Nasceu em 1942 no Seringal Petrópolis, colocação Novo Destino no Rio Iaco, sob jurisdição do município de Sena Madureira. Aos nove anos começou a cortar seringa para ajudar sua mãe Petrônia Maimara Manchineri nas despesas de casa. Em entrevista no ano de 2023, Zé Urias afirma que:

Naquela época era muito duro para os Manchineri, pois estes estavam sob a tutela escravagistas dos patrões brasileiros. Tínhamos que cortar seringa para poder ganhar o alimento do dia-a-dia, já que éramos impedidos de plantar, coletar e pescar, e de todo modo praticar minha cultura, como também manter nossa alimentação tradicional. Se de um lado os homens Manchineri trabalhavam como mateiros, seringueiros e empreiteiros, as mulheres Manchineri ficavam submetidas aos trabalhos domésticos e sem pagamento. Embora em período nebuloso para os Manchineri, fui educado para ser pajé, por qual passei dois anos de dieta adequada, aprendendo no ritmo da Kamalampi (ayahuasca) para receber as músicas e as medicinas de cura dos antigos. Assim aprendi com meu tio sobre os cuidados da medicina Manchineri (Entrevista concedida à Alessandra Manchinery).

Nesta aprendizagem incluía-se a alimentação saudável de modo tradicional. Ao aprender teve que respeitar a alimentação adequada aos ensinamentos, e nunca comer a comida ‘misturada’, era tudo separado; primeiro comia-se a carne, depois os demais ingredientes, e assim sucessivamente, também não se alimentava com a comida de uma mulher em fase de menstruação, pois em sua cultura acredita que ao beber o Kamalampi a visão se torna tudo vermelho, ou seja, somente se vê sangue.

Quando alguém estava doente dona Petrônia Maimara, defumava com fumaça de Tabaco e soprava no corpo para que começasse o processo de cura, assim se aprendeu o processo de defumação, pois é necessário viver e ver para aprender. Também existem as folhas usadas para doenças do corpo como a Patxa que é um chá usado para quem tem gastrite, este chá só é passado pelos conhecedores mais antigos do saber Manchineri, visto que precisa ser resguardado, para que não se torne como o Kamalampi (ayahuasca) levado para o mundo sem autorização dos ancestrais indígenas, em que muitos têm acesso sem o devido conhecimento e comercializam como um produto massificado. Cumpre lembrar, que o líder Zé Urias é procedente de uma família de pajés, cujos ensinamentos são retransmitidos por várias gerações.

Zé Urias (2023) descreve que em sua velhice resolveu novamente tomar o Kamalampi (ayahuasca), pois ainda vai deixar seus ensinamentos a quem for escolhido para dar continuidade a sua cultura e modo de vida. Quando este bebeu o Kamalampi, sentiu as forças dos seus ancestrais, foi quando veio seu neto Himlu (Palmito) em sua visão, que é conhecida por cosmologia dos povos indígenas, seu neto tem quatro anos, quando completar cinco anos, entrará no processo de aprendizado dos pajés, assim como foi mostrado no ensinamento do Kamalampi. Assim, este é o dever de Zé Urias em repassar os saberes das pajelanças e das medicinais sempre vivenciadas pelos anciões, por isso deve-se passar todo o processo de cultura cosmológica aos que mais novos e que são revelados pelo espírito das florestas e águas.

No entanto, durante muito tempo Zé Urias, trabalhou como seringueiro, mateiro e empreiteiro nos seringais e colocações. Entre os anos de 2011 e 2012 quando foram realizadas as primeiras entrevistas com esta liderança, ele afirmou que foi uma vida muito sofrida, que para contar e não

serem enganados pelos patrões seringalistas, os indígenas de seu povo riscavam nas árvores com as foices como um meio de manter suas anotações relativas à produção de borracha, assim determinavam também a quantidade de dias de trabalho realizado.

Neste sentido, devido aos episódios vividos por ele, havia certos obstáculos em não quer contar sua trajetória de vida, pois isto remetia às lembranças e memórias de um passado de exploração e parte de dizimação de seu povo; finalmente relatou por entender que era necessário deixar registrado para que não apenas seus parentes soubessem, mas também os não indígenas e as gerações atuais e futuras.

Com a chegada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI (em 1967 e sucedida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas em 2023 com a mesma sigla), começou o processo de luta e rompimento com as explorações dos indígenas que ali viviam. A FUNAI iniciou o trabalho de todo o processo de informação e conscientização dos quais o Manchineri e Jaminawa deveriam lutar.

Embora seja pajé, Zé Urias também assumiu a postura de cacique, e já nos anos 1960 a 1970 começou a se movimentar em busca da conquista da terra. Assim, Zé Urias na entrevista realizada em 2023, afirma que:

Começávamos a entender que a terra nos pertencia, era um direito a ser conquistado. Assim em busca de garantir a defesa da conquista da Terra indígena, começo a me deslocar para as colocações e seringais mais próximos, indo principalmente vender farinha e feijão nos portos de Sena Madureira. Com a luta de indigenistas, Manchineri e Jaminawa, garantimos a demarcação da terra indígena Mamoadate em 1975. Primeira T.I. demarcada no Estado Acre. Eu Zé Urias como sou conhecido entres as lideranças indígenas no Estado do Acre, também fui uns dos principais fundadores da extinta UNI – União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas. Criada na década de 1980 no contexto de luta pela demarcação das terras e conquista dos direitos indígenas. Também fui uns dos fundadores da COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, fundada no dia 19 de abril de 1989, é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu por iniciativa de lideranças de organizações indígenas existentes na época, e como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, em um cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a Constituição Federal de 1988.

Diante de tais lutas, fixou residência com sua família em Rio Branco em 1983, devido às causas explicitadas acima, as quais remetem a um histórico de luta e representação dentro do movimento indígena local, regional e nacional. Ressalta-se que apesar das várias circunstâncias, ele continua a exercer seu papel primordial de pajé e cacique entre os Manchineri na aldeia e entre os residentes na cidade. Com isto tem garantido o fortalecimento da cultura ancestral do povo Manchineri, mas também como ancião no movimento indígena; ativamente continua na luta indígena, visto que compõem a Organização de Manchineri residentes em contexto Urbano/MATPHA, em esta entidade busca coletivamente desenvolver ações que atendem os povos indígenas no estado do Acre.

Como se vê sua luta tem sido intensa, mas que tem apresentado resultados importantes como a demarcação de terras para seu povo e apoio para outras etnias que também reivindicam direitos de cidadania.

DA CONTRIBUIÇÃO E CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Aqui é narrada a história de luta do líder Zé Urias Manchineri mediante sua contribuição na fundação de algumas organizações indígenas na Amazônia. Após a conquista histórica da demarcação da Terra Indígena Mamoodate, este se firma efetivamente em contexto urbano na cidade de Rio Branco, na busca por direitos e para constituir as primeiras organizações indígenas no estado do Acre. Este processo de conquista tem várias contribuições importante de outros caciques daquele momento.

Em 1977 na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, foram realizadas as primeiras reuniões para fundar a UNI, na época a principal liderança fomentadora dessa ideia pertencia ao povo Terena. Isto inspirou, como objetivo, para construir organização semelhante no estado do Acre, conforme afirmou Zé Urias, em entrevista em 2023. Decorridos 10 anos, foi realizado o III Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, ocorrido no Ginásio Coberto da cidade de Rio Branco - AC, o líder estava presente juntamente com Airton Krenak e demais lideranças (Figura 1), os quais levaram e levantaram suas vozes na reivindicação para conquista por direitos.

Pelo valor histórico enquanto organização indígena de representação microrregional amazônica e atuação política de âmbito local e regional, sobretudo na Amazônia acriana começou a se formatação para a criação da primeira organização indígena no estado do Acre, a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI. Sua fundação deve-se à existência e lutas de vários caciques e líderes indígenas entre os anos de 1980 a 1990. Zé Urias era um deles, entretanto, com o passar dos anos muitos dos fundadores da entidade não mais pertence à dimensão terrena, visto que adentraram outros universos além da vida.

Figura 1. III Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro Nacional dos Povos da Floresta



Fonte: Acervo CPI/AC (1987).

A criação formal da UNI deu-se em 1991, com objetivo de se trabalhar na área política e representações no desenvolvimento de atividades que garantissem a sobrevivência dos povos indígenas. Dentre as ações da entidade, teve um programa de saúde chamado UNI-FUNASA, que abrangeu as populações localizadas nos municípios acrianos de Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e ainda Pauini, no Amazonas. Trabalhou-se projetos relacionados à educação, formação de saúde, formação de agentes de saúde indígenas para atuarem como integrantes da política desenvolvida pela UNI. Também lutavam pelo atendimento básico das comunidades indígenas, aperfeiçoamento e o reconhecimento dos postos indígenas de saúde pelo Estado.

A UNI teve grande papel na execução de uma metodologia de autodemarcação realizada na Terra Indígena Kulina (Madija) do qual o líder Zé Urias esteve presente, e que também publicaram um livro sobre esse processo de demarcação, o que demonstrou o amadurecimento da organização pelo reconhecimento de sua capacidade e responsabilidade na organização, administração e realização técnica. Em virtude de tal protagonismo, a UNI passou a ser chamada pela FUNAI para acompanhar e fiscalizar os processos de demarcação que ocorriam em sua área de sua influência.

Assim o movimento indígena demonstrou avanços significativo e qualitativo em sua governança organizativa de lutas e conquistas. A realização da VIII Assembleia Indígena do Acre e Sul do Amazonas contou com a participação de 142 lideranças, as quais travaram discussões profundas sobre a estratégia de organização regional e nacional pela defesa da identidade étnica-cultural e avanços na luta pela autonomia. A UNI se seus representantes lutavam e definiram como objetivos:

1. Defender os direitos dos Povos Indígenas do Acre e sul do Amazonas;
2. Fortalecer e organizar a luta dos Povos Indígenas do Acre e sul do Amazonas, em defesa das terras, do meio ambiente e da cultura;
3. Apoiar e promover as iniciativas dos Povos Indígenas na luta pela autonomia;
4. Representar os Povos Indígenas desta região;
5. Promover a formação multidisciplinar de lideranças indígenas;
6. Conduzir a defesa dos direitos indígenas;
7. Construir mecanismos que permitam interferir nas políticas públicas;
8. Implementar programas que visem buscar definir linhas de uma política de desenvolvimento para as comunidades;
9. Fortalecer as organizações locais;
10. Levantar, sistematizar e divulgar a cultura, a realidade dos Povos e os resultados dos programas da UNI.

Deste modo, a UNI se destacou nas construções e conquista dos direitos indígenas, com uma política voltada e feita por várias lideranças indígenas do estado do Acre, sendo que a participação de Zé Urias Manchineri foi fundamental no andamento histórico desta organização.

Esta luta pela melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas passa pela conquista da cidadania e, para tal, requer informação, formação e principalmente participação de um número cada vez maior de atores. Parte-se da premissa de que a conscientização das comunidades ocorre por meio de processos formativos e participação de lideranças, agentes de saúde, professores, estudantes, além de outros, nas diversas ações práticas e envolvimento dos mesmos nas discussões junto à sociedade não indígena. Neste sentido, a compreensão deste mundo relacionado com as populações indígenas dará condições para a busca e conquista da autonomia, de modo a se caracterizar como protagonismo indígena.

Após a formalização da UNI, em 1992, na Bahia (Figura 2), Zé Urias Manchineri junto com lideranças dos Terena e Potiguara se envolveram na luta pela demarcação de Terras Indígenas e pela vida; esta época era conturbada com intensa violência contra os povos originários, cuja situação não é muito diferente da atual, principalmente a verificada nos últimos seis anos, em que muitos das instituições governamentais em âmbito nacional, regional e local buscaram de todos os modos deslegitimar, descaracterizar e afrontar as culturas indígenas.

Assim, predomina a intensa luta pela autonomia e reconhecimento de seus direitos. Mas também em busca por financiamento a favor da causa indígenas com instituições nacionais e internacionais como a inglesa Oxford que apoiam os povos originários em suas lutas para assegurar a garantia de seus territórios, de sua integridade física, da sobrevivência, da garantia de suas culturas e modos de vida.

Naquele ano as lideranças trabalharam incansavelmente em busca de recursos para que se reunissem e discutissem a frente das ações que dessem resultados e respostas aos problemas que enfrentavam e que afetava diretamente os povos indígenas. Muitos líderes deixavam suas famílias na aldeia para enfrentarem aqueles que se colocam contrário aos indígenas. Assim pela busca da autonomia, muitos sofreram e passaram fome, mas se fizeram presentes nas frentes de lutas.

Figura 2. Demarcação das Terras Indígenas – Bahia



Fonte: Acervo CIMI – ACRE (1992).

Em Rio Branco, com conquista dos primeiros espaços físicos da UNI, os indígenas de vários povos traziam farinha, arroz, feijão, mandioca e banana. A esposa do senhor Zé Urias cozinhava para os caciques que chegavam para as reuniões estratégicas para fortalecer o movimento que aos poucos tomava corpo e passava a ser reconhecido.

O abastecimento era realizado coletivamente os povos presentes, os quais doavam os alimentos. Esta colaboração foi importante, pois além de fortalecê-los, permitia-se o estabelecimento de alianças de resistência frente a um país de matriz colonialista e que historicamente tem negado os direitos a seus primeiros habitantes, os povos originários.

A COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA – COIAB

Em 1978 lutavam pela desocupação de exploração de madeira no rio Xingu nas terras indígenas do povo Kaiapó, quando de maneira rápida sofreram tentativas de assassinato por defenderem as terras dos ‘parentes indígenas’. As lideranças lutavam contra todos os tipos de invasores, não se tinha apoio do governo brasileiro, naquele tempo o apoio vinha todo do exterior e com muita luta se conseguiu apoio de outras nações.

Destarte, todo o processo de resistência e incansável luta para a criação da COIAB é descrita por Cruz (2018, p. 44-45):

Segundo depoimento de Manoel Moura e José Urias, apresentado na Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (realizado em Manaus, de 17 a 21 de abril de 1989, com dezessete organizações indígenas presentes, vinte três povos indígenas e cinquenta e dois representantes indígenas, de cinco Estados - Amazonas, Rondônia, Amapá, Acre e Roraima), foi realizado em Itacoatiara (AM) um encontro de lideranças indígenas, com apoio do Conselho Indigenista Missionário, para organizar o movimento indígena na região Amazônica. Avaliação dos participantes da Primeira Assembleia sobre o que lhes foi apresentado por Manuel Moura (Tukano) e José Urias (Manchineri) foi a de que, apesar do movimento ter crescido nas “bases” (com a criação de organizações locais e com ações de lutas de âmbito também local), não conseguiram êxito na organização de forma mais ampla - “O que se pensava fazer em 3 meses, para criar uma ‘Coordenadoria da Bacia Amazônica’, já está custando 3 anos (Relatório da Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, também intitulada Primeira Assembleia da COIAB, 1989).

No entanto, conforme Cruz (2018) afirma, que no Relatório da Primeira Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, nos trabalhos de grupos das lideranças participantes um dos principais problemas relatados foi a tentativa do Estado, por meio da FUNAI, de desarticular o movimento e as organizações indígena da região amazônica existentes, para tanto, usou-se a estratégia de cooptação de lideranças (oferecimento de cargos, por exemplo) ou então, quando estas não aceitavam a tal proposta, usavam de ameaças quanto ao uso de possíveis atos de violência contra as lideranças. Como resultado dos trabalhos em grupos, ficou decidido que deveriam funcionar em Manaus uma *Comissão Permanente* para trabalho de articulação das diferentes organizações indígenas da Amazônia (p. 44). Assim, foi eleita seus primeiros representantes.

Dessa Comissão Permanente foram eleitos Manuel Moura, representante da Uni-Amazonas; Pedro Mendes, representante do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT); Jaci José de Souza, representante

do Conselho Indígena de Roraima (CIR); Sebastião Maia Ferreira, representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Alírio Mendes, representante da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue (OGPTB). Foi decidido que o mandato da Comissão seria de quatro anos.

Já na Segunda Assembleia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, realizada em Manaus, de 16 a 19 de abril de 1990, com 165 participantes, foi discutida a questão das eleições para Coordenação da COIAB e foi aprovada a permanência da Coordenação. No entanto, um de seus componentes, Sebastião Maia Ferreira foi substituído por José Urias (representante da UNI-AC) (Cruz, 2018, p. 45). Daí seu Zé Urias se fixa na cidade de Manaus como um dos coordenadores da COIAB.

Nota-se que organizar a COIAB deu-se por intermédio de muita luta, sobretudo das bases que compõem a Amazônia brasileira.

No entanto, na Terceira Assembleia Geral da COIAB, realizada em Manaus de 17 a 22 de abril de 1992, foi discutida e aprovada um novo Estatuto, que redefiniu a estrutura interna da organização que funcionaria com uma equipe de Coordenação, um Conselho Fiscal e uma Coordenação Executiva. A Coordenação seria composta de representantes eleitos na “base” a partir das principais organizações regionais. A Assembleia Geral confirmaria a equipe de Coordenação e elegeria o Conselho Fiscal e a Coordenação Executiva da COIAB, esta trabalharia em Manaus. De acordo com as informações do Boletim Informativo n. 11 (maio de 1992), esta nova estrutura de funcionamento pretendia superar as grandes dificuldades de comunicação e isolamento dos povos de organizações indígenas da Amazônia e favorecer a participação de todas as organizações, de modo a estimular aquelas que tinham menor experiência (Cruz, 2018, p. 45).

O mesmo Boletim informa que a iniciativa de definir esta estrutura tinha como propósito fazer da COIAB uma organização realmente representativa que fosse mantida pelas suas bases e cujas linhas de ação seriam traçadas a partir da vontade política e da participação direta dos povos e organizações de toda Amazônia brasileira. Participaram desta Terceira Assembleia mais de 180 líderes indígenas de toda a Amazônia brasileira, os quais representavam 45 povos e 32 organizações (regionais e locais) provenientes dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Acre, além de representantes do Sul do Brasil (Cruz, 2018, p. 45).

O mandato da nova Coordenação da COIAB seria por quatro anos. Foram indicados como Coordenadores por suas regiões:

Orlando Baré (FOIRN), Amarildo Tukano (FOIRN), Pedro Mendes (CGTT), Clóvis Rufino (CIVAJA), Midas dos Santos (UNI-TEFÉ), Antenor Karitiana (Articulação -RO), José Urias (UNI-ACRE), João Sateré (CGTSM), Paulo Galipi (Amapá), Claudio Mura (CIM). Para Coordenação Executiva foram eleitos pela Assembleia Geral: Coordenador Geral - Orlando Melgueiro da Silva (Baré, FOIRN); Coordenador Regional - João Ferreira de Souza (Sateré-Mawé, CGTSM); Coordenador Administrativo - José Severino da Silva (Manchineri, UNI-ACRE); Coordenador de Educação, Saúde e Subsistência - Pedro Mendes (Tikuna, CGTT); Coordenador de Comunicação, Divulgação e Imprensa - Amarildo Machado Tukano (FOIRN). Como Coordenação de Rodízio ficaram: Cláudio Mura, Antenor Karitiana, Paulo Roberto Galibi, Clóvis Rufino, Midas Mayoruna. Foram eleitos para o Conselho Fiscal: Lúcio Menezes (Sateré-Mawé); André Cruz (Kambebe); Orlando Katukina (Katukina), Cecílio Mura (Mura), Messias Batista (Sateré-Mawé) e Darcy Comapa (Marubo). Foi deliberado que o Conselho Fiscal faça reunião duas vezes por ano, conjuntamente a Coordenação nos encontros de avaliação. O mesmo Boletim Informativo n° 11 (1992), traz dados sobre uma

grande mobilização realizada em Brasília, no final do mês de abril, logo após a Terceira Assembleia Geral da COIAB. Cento e trinta e um líderes indígenas da Amazônia Brasileira participaram desta mobilização em Brasília, entre os mais de trezentos e cinquenta líderes indígenas de todo o país. Esta mobilização foi organizada por uma equipe de articulação indígena que vinha se reunindo regularmente desde junho 1991, composta por membros da COIAB, da articulação Leste/Nordeste, da UNI/Sul e do Comitê Terena (Cruz, 2018, p. 46)⁵.

É importante ressaltar que a toda essa mobilização diziam respeito ao Estatuto dos Indígenas, os povos precisavam legislar seus direitos e subsidiar suas defesas dentro do Congresso Nacional, de modo a pautar seus direitos e participação como povos indígenas na Comissão que diz respeito a esse Estatuto.

Em 1998, Zé Urias sofreu um ataque de violência por parte de pessoas que eram contra os direitos indígenas dentro do Congresso Nacional. Naquele ano Zé Urias coordenava o Conselho e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – CAPOIB, que hoje tem como sigla APIB. Por meio desta organização, esse líder foi um dos organizadores do Brasil 500 anos realizado na cidade de Cabralia, estado da Bahia. Em seu relato, ele afirma que “tiverem anos para se organizar e conseguir recursos para mobilizar todo o Brasil, tiveram várias reuniões com caciques, alguns que já não estão mais neste plano”. A organização “fez a junção de todas as organizações brasileiras, no combate contra o forte anti indigenismo, pautaram suas lutas nas defesas de suas terras tradicionais, demarcações por reconhecimento e defesas de seus direitos”.

Para registrar seu posicionamento, seu Zé Urias ficou por diversas ocasiões em frente ao relógio que marcava os dias que faltavam para completar os 500 anos (Figura 3). Ao seguir para o estado da Bahia, ficou na cidade de Cabralia, onde se reunia com vários povos indígenas daquele estado, para dar os encaminhamentos de suas petições e reivindicações.

No dia das comemorações que marcava os 500 anos, foram para a Marcha com outros povos, ocasião em que foram perseguidos com bombas, helicópteros e até a Marinha estava sobre o mar contra a maior mobilização indígena que já havia acontecido até naquele momento. Muitos indígenas foram perseguidos, presos ou atingidos por bombas. Nasceu ali uma concentração mais forte, mas também, um novo modelo histórico de reivindicação.

Naquela mesmo dia e ano, Zé Urias, teve sua casa invadida pela polícia, a qual procurava manifestantes não indígenas para prender. Sua família e filhos estavam presentes, fato esse que levou seu Zé Urias a solicitar membros das organizações, jornalistas defensores das causas indígenas a fim de reforçar a denúncia contra a polícia local e sobretudo o governante de ocasião.

Assim conta-se aqui um pouco da trajetória de luta de Zé Urias Manchineri, e sua participação em algumas esferas das organizações indígenas, regionais e nacional, bem como nas várias mobilizações em defesa das causas dos povos originários.

Figura 3. Na cidade de Cabralia – BA, para cumprir a agenda da CAPOIB nas manifestações do Brasil 500 anos



Fonte: Acervo de Alessandra Manchinery (2000).

Aos 81 anos de idade ainda se faz presente nas lutas indígenas, com o mesmo entusiasmo de quando era mais jovem. Prova disto, foi sua presença durante o Acampamento Terra Livre realizado na cidade de Brasília em 2023, onde pode manifestar suas preocupações quanto à condução da política indigenista no Brasil, sobretudo, no que se refere à negação de direitos aos povos indígenas, especialmente ao marco regulatório em tramitação no Congresso Nacional, que, se aprovado, será um grande retrocesso frente às poucas conquistas obtidas.

O Acampamento Terra Livre (ATL) é um encontro anual que reúne povos indígenas de diferentes regiões do Brasil para discutir questões relacionadas a demandas territoriais, culturais e ambientais dos povos indígenas. Neste encontro de 2023, Zé Urias (Figura 4) se fez presente como membro da Organização de Manchineri em Contexto Urbano – MATPHA.

Figura 4. Acampamento Terra Livre - ATL



Fonte: Acervo MAPTHA (2023).

Deste modo, seu Zé Urias tem a nítida clareza que a luta continua, talvez mais intensa do que no passado, com maiores desafios, os quais não atingem somente os povos indígenas, mas a todos os seres vivos do Planeta, como é o caso das mudanças globais relacionadas ao clima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar a história de luta do senhor Zé Urias, liderança, cacique e pajé do povo Manchineri, é também motivo de homenagem à uma pessoa que durante toda sua vida tem se dedicado incansavelmente na defesa dos povos indígenas da Amazônia brasileira, sobretudo, daqueles que encontram-se no estado do Acre. Assim, a homenagem a ele é reconhecer também a luta das demais lideranças e povos indígenas que arriscavam suas vidas, que recebem ameaças, ataques, violências, pressões constantes e até mesmo tombam em defesa de seus territórios.

Descrever a história do seu Zé Urias, é sentir o pisar do chão, da terra, do solo, com a firmeza e ter a certeza que a luta não foi, não é, e não será em vão, visto que o conhecimento transmitido por este líder, o qual enche de esperanças os mais novos, com isto prospecta novos outros desafios.

Zé Urias ensina que navegar nas águas dos rios traz situações inesperadas. Ora turbulentas, ora calmarias. Em meio à sede em se saciar das águas ou banhar-se nos rios exige-se completa atenção. Assim é a vida. E a sua tem sido marcada pela construção de lutas, batalhas, idas e voltas, as quais possibilitaram a criação de importantes organizações indígenas na Amazônia, sobretudo no Acre, como aliança em pró das causas e dos povos originários.

Deste modo, o presente artigo, singularmente procurou descrever sua contribuição na luta do movimento indígena amazônico, desde a tenra idade em que como aprendiz em seu processo de

formação tornou-se pajé, liderança, cacique, ancião, guardião da cultura, ponto de centralidade para seu povo e uma grande referência no estado do Acre, que mesmo aos 81 anos de idade traz na alma o entusiasmo de ser indígena e a disposição para a luta com objetivo de conquistar e assegurar direitos. Enfim, seu Zé Urias com seu histórico de vivências busca um mundo melhor, mais justo e equilibrado para toda a humanidade.

Vida longa ao seu Zé Urias e a todos os povos indígenas!!

NOTA

5 Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA); Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM); Conselho Indígena Mura (CIM).

REFERÊNCIAS

CRUZ, Andrezinho Fernandes. **“Representantes” indígenas no Estado brasileiro**: análise da trajetória participativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira nas esferas do indigenismo estatal. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Manaus: PPGAS/UFAM. 2018, 156f. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6966>. Acesso em 20 jan 2023.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOARES, Weber. Para além da concepção metafórica de rede sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 4 a 8.11.2022. p.1-27. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1093/1057>. Acesso em 10 mai 2023.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo. v. 20, n.1, 2008, p.199-217. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240771344_Redes_em_processos_migratorios. Acesso em 10 jun 2023.

Pesquisa em Instituições Indígenas

CPI-ACRE. **Acervo**. Comissão de Povos Indígenas do Acre – CPI/Acre

CIMI-ACRE. **Acervo**. Conselho Indígena Missionário – CIMI – Rio Branco-Acre

MATPHA. **Acervo**. Organização de Manchineri em Contexto Urbano – MATPHA – Rio Branco-Acre.

Entrevista

MANCHINERI, José Severino da Silva – Zé Urias Manchineri. **Entrevista concedida à Alessandra Severino da Silva Manchineri**. Rio Branco, 23 agosto de 2023.